



A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA E O DESENVOLVIMENTO SOBERANO DO BRASIL

*Emerson Sena da Silveira
Hugo Leonardo Alves Mendonça
João Orlando Landim
Marianna Dazini Félix
Tamires de Abreu Cosendey
Thiago Pires de Oliveira*

Faculdades Integradas Vianna Junior – Juiz de Fora, MG.

RESUMO: Este artigo objetiva comentar alguns aspectos da Estratégia Nacional de Defesa, sua importância e suas conexões para o desenvolvimento soberano do Brasil. Arrojado e afirmativo, o documento estabelece as diretrizes que inscrevem um novo marco nas discussões teóricas e geoestratégicas, ao propor objetivos e métodos de construção de uma nova estrutura para a defesa, em geral, e para as Forças Armadas, em longo prazo. Partindo das contribuições de Unger, Castro, Nuñez e outros, percebe-se que a Segurança Nacional retorna ao centro dos debates, articulada ao eixo desenvolvimental socioeconômico. Utilizando a pesquisa bibliográfico/documental como método maior, este artigo resulta de uma constatação: a Estratégia Nacional de Defesa é um documento axial que promoverá extensos debates, mobilizando forças sociais e de defesa, forças econômicas e políticas que, articuladas, apontam para a construção de um Brasil soberano, um ator global, no contexto do atual processo de mundialização e reconfiguração geossocial, geoenergética e geoeconômica. Conclui-se pela importância de divulgar e debater, de forma ampla e democrática, os aspectos mais importantes da Estratégia Nacional de Defesa.

INTRODUÇÃO

A Estratégia Nacional dá mais força a um objetivo que vimos perseguindo desde o ano passado: inserir os temas da defesa nacional, reunir civis e militares num debate aberto, sobre todos os temas que envolvem a defesa nacional. (Presidente da República, 2008).

A Estratégia Nacional de Defesa é uma promessa de que possamos viver em paz com a ternura. Mas também é uma profecia de grandeza. É uma profecia de que o povo brasileiro se engrandecerá sem imperar. A ascensão do Brasil ressoará em toda a terra, como o grito de uma criança ao nascer, trazendo esperança inesperada e perturbadora a uma humanidade desiludida. O Brasil se levantará. (Unger, 2008).



Abordar todos os aspectos da Estratégia Nacional de Defesa (END) é uma tarefa imensa, que necessitaria de um aporte teórico aprofundado, sendo, portanto, impossível, neste exíguo espaço.

Contudo, pretendem-se ressaltar alguns elementos desses aspectos que se julgam relevantes para ampliar o debate e a apreciação desse importante documento lançado em 2008, em Brasília. Entre os elementos a serem abordados, destacam-se: aspectos institucionais, republicanos, desenvolvimentais.

Ao lado desses aspectos aborda-se o papel de três setores decisivos para a defesa nacional: o cibernético, o espacial e o nuclear. Outro fator de relevância é a reestruturação da indústria brasileira de material de defesa, a qual tem o propósito de assegurar o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas, apoiando-se em tecnologias sob o domínio nacional.

ASPECTO JURÍDICO-INSTITUCIONAL E OS OBJETIVOS DA END

O arcabouço jurídico-institucional de estabelecimento da END baseia-se no ato do Presidente da República, no exercício de suas atribuições constitucionais, que instituiu, no decreto de 6 de setembro de 2007, o Comitê Ministerial de Formulação da Estratégia Nacional de Defesa e, em dezembro de 2008, através do Decreto 6.703, promulga-se a mesma, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto.

Tal ato, respaldado jurídica e institucionalmente, estabeleceu uma nova orientação da Defesa Nacional. A END, segundo Unger (2008), seria um plano focado em ações estratégicas de médio e longo prazo, objetivando modernizar a estrutura nacional de defesa. Além disso, atua em eixos estruturantes, a seguir abordados, que irão reorganizar as três Forças singulares, a indústria brasileira de material de defesa e a política de composição dos efetivos das Forças Armadas, orientando a relação destas com a sociedade, e a composição dos efetivos militares, entre outros aspectos.

Nesse sentido, a END pode ser contextualizada em um amplo painel, no qual há um efetivo redesenho na composição de forças internas do Brasil, suas Forças Armadas e o contexto das relações multilaterais de poder no palco político-econômico e geoestratégico da globalização (Nuñez, 2003). Esse redesenho exigiu uma nova mobilização jurídico institucional interna para o país, para a articulação entre a END e desenvolvimento (Bresser Pereira, 2006). A END torna-se um documento axial, com sólida base legal e institucional, constituindo-se em uma política de Estado, e não de governo (Oliveira, 2009).

NATUREZA E ÂMBITO DA END

Fica estabelecido na END o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro.¹



110

Quando de questões políticas e institucionais decisivas para a defesa do país, objetiva-se uma “grande estratégia” e os meios para fazer com que a nação participe da defesa nacional. (Unger, 2008). A END prevê ainda complementações, como planos para a paz e para a guerra, concebidos para fazer frente a diferentes hipóteses de emprego do uso da força dissuasória (UNGER, 2008). A END organiza-se em torno de três eixos estruturantes, a saber:

O primeiro diz respeito às Forças Armadas e à forma como devem se organizar e se orientar para melhor desempenharem sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra. Enumeram-se diretrizes estratégicas relativas a cada uma das Forças e especifica-se a relação que deve prevalecer entre elas (Brasil, 2008).

Na visão da END, as três Forças devem operar em rede entre si e em ligação com o monitoramento do território, do espaço aéreo e das águas jurisdicionais brasileiras (Brasil, 2008).

O segundo eixo refere-se à reorganização da indústria nacional de material de defesa, para assegurar que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas apoie-se em tecnologias sob domínio nacional.

O terceiro versa sobre a composição dos efetivos das Forças singulares e, conseqüentemente, sobre o futuro do Serviço Militar Obrigatório. Há uma importante função, defendida pela END: zelar para que as Forças Armadas reproduzam, em sua composição, a própria Nação, sendo assim um nivelador republicano, acima das classes sociais (Unger, 2008).

ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA END

A END é elemento indispensável e indissociável da Estratégia Nacional de Desenvolvimento. Em ambas, está o despertar para a nacionalidade e para edificar-se a Nação (Unger, 2008).

Propõe-se que a sociedade compreenda que a tecnologia e o conhecimento da área de defesa são imprescindíveis para o desenvolvimento do País. Os recursos demandados pela defesa exigem uma transformação de consciências para que se constitua uma estratégia de defesa para o Brasil. A END pretende mudar o paradigma de Forças Armadas de um País tão pacífico como o Brasil, para que, em meio à paz, se mantenha o impulso de preparar-se para o combate, e de cultivar, em prol desse preparo, o hábito da transformação geoestratégica.

Os princípios norteadores para buscar o desenvolvimento nacional podem ser apresentados sucintamente desta forma:

111



- 1) Mobilização de recursos físicos, econômicos e humanos, para o investimento no potencial produtivo do país;
- 2) Capacitação tecnológica autônoma, inclusive nos estratégicos setores espacial, cibernético e nuclear;
- 3) Democratização de oportunidades educativas e econômicas e oportunidades para ampliar a participação popular nos processos decisórios da vida política e econômica do País (Brasil, 2008).

A END E OS SETORES CIBERNÉTICO, NUCLEAR E ESPACIAL

A END é pautada por vinte e três diretrizes, que serão abordadas de forma sucinta, destacando-se alguns elementos essenciais.¹

Os estudos sobre globalização, questão nacional, segurança interna e outros¹ apontam para a necessidade de um processo de transformação das Forças Armadas (Oliveira, 2009). Essa estratégia implica necessariamente no reposicionamento dos efetivos, adensando a presença de unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea nas fronteiras. Por isso, um dos importantes aspectos da END é priorizar a região amazônica, desenvolvendo a mobilidade, a capacidade logística de repostas (Brasil, 2008).

Porém, como lembra Unger (2008), é preciso pensar em termos geoestratégicos e geopolíticos, o que leva a buscar a integração da América do Sul, preparando o País para assumir e desempenhar responsabilidades crescentes em operações de manutenção da paz.

No amplo cenário da globalização, em meio aos problemas sócio-políticos e assimetrias de poder, a END planeja a ampliação da capacidade de atender aos compromissos internacionais de busca e salvamento e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento da mobilização militar nacional para assegurar a capacidade dissuasória e operacional das Forças Armadas.

Essa transformação de paradigma, segundo a END, se dará sob a égide de três setores essenciais para a Defesa Nacional: cibernético, nuclear e espacial, contemplando também a questão do potencial e uso das matrizes energéticas nacionais.

Nesses setores, as parcerias com outros países e as compras de produtos e serviços no exterior devem ser compatibilizadas com o objetivo de assegurar um espectro abrangente de capacitações e de tecnologias sob domínio nacional (Brasil, 2008).

As capacitações cibernéticas destinar-se-ão ao mais amplo painel de usos industriais, educativos e militares.

O setor espacial, na END, contempla prioridades específicas: projeção e fabricação de veículos lançadores de satélites; desenvolvimento de tecnologias de guiamento remoto (sistemas inerciais e tecnologias de propulsão líquida); construção de satélites, sobretudo os geoestacionários, para telecomunicações, e os destinados ao sensoriamento remoto



de alta resolução, multiespectral; desenvolvimento de tecnologias de controle de atitude dos satélites (Brasil, 2008).

Esses aspectos levarão ao desenvolvimento do setor de comunicações e de suas tecnologias, a partir do comando e controle de satélites, com as forças terrestres, aéreas e marítimas, inclusive submarinas, para que elas se capacitem a operar em rede e a se orientar por informações deles recebidas (Brasil, 2008).

Reveste-se de especial importância para o Brasil, e com grandes implicações para a Estratégia Nacional, a parceria estratégica estabelecida com a França, em 2008. Os dois países comprometeram-se a desenvolver cooperação de longo prazo, fundada em parcerias industriais, transferência de tecnologia, formação e aprendizagem, quando de mútuo interesse.

DESENVOLVIMENTO NACIONAL INDEPENDENTE E O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

O desenvolvimento nacional requer uma série concatenada de planos e estratégias. Nesse contexto, a END é fundamental. Bresser Pereira (2006) afirma que o desenvolvimento nacional só ocorre, de forma independente e plena, se as estratégias do Estado e o engajamento da sociedade e de seus atores convergirem. A END pretende ser um dos elementos provocadores dessa convergência. Por isso, o objetivo será programar uma política tecnológica integrada, que evite duplicação de ações e compartilhe quadros, ideias e recursos. Com isso, serão estabelecidos elos entre pesquisa e produção, sem perder contato com avanços em ciências básicas.

Para assegurar a consecução desses objetivos, prevê-se que muitos projetos de pesquisa sejam realizados conjuntamente pelas instituições de tecnologia avançada das três Forças Armadas. Alguns desses projetos conjuntos poderão ser organizados com personalidade própria, quer seja como empresas de propósitos específicos, quer seja sob outras formas jurídicas.

Outro aspecto importante do desenvolvimento está relacionado à base da defesa nacional, cujo princípio fundamental é a identificação da Nação com as Forças Armadas e das Forças Armadas com a Nação.¹ Tal identificação exige que a Nação compreenda serem inseparáveis as causas do desenvolvimento e da defesa (Unger, 2008).

O Serviço Militar Obrigatório é visto, então, como a garantia mais importante da defesa nacional, podendo ainda ser o mais eficaz nivelador republicano, permitindo que a Nação se encontre acima de suas classes sociais (Unger, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A END é o mais importante e denso documento republicano em matéria de defesa. Nela estão explicitados todos os objetivos estratégicos das Forças Armadas, colocando as ações de defesa na agenda lastreando-a de contornos estratégicos, sendo o



primeiro planejamento de longo prazo na área de defesa do Estado Brasileiro.

Pensar a Defesa Nacional em longo prazo, embora seja tarefa árdua, é inevitável, na medida em que assegura os interesses estratégicos do Brasil como nação soberana que busca afirmação cada vez maior no concerto das nações.

Como política de Estado, o País busca um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Um dos passaportes para essa conquista é possuir Forças Armadas adestradas e preparadas, prontas a exercer, de forma plena, a dissuasão como elemento de garantia da paz e, ao mesmo tempo, como inibidor de ameaças à nossa integridade territorial (marítima, terrestre ou aérea). A END é, portanto, instrumento indispensável de Política Externa e de Política de Defesa do Estado brasileiro, na edificação de um país soberano no cenário multilateral da globalização.

Podemos concluir, portanto, que a Estratégia Nacional de Defesa é um dos pilares da transformação político-econômica do Brasil. A END é um dos meios sobre o qual se edificará um país mais ativo e soberano no concerto das nações. Cada vez mais a voz da nação será ouvida e respeitada, ressoando pelo mundo. O Brasil deseja desenvolver-se de forma plena e ser um ator de peso na nova ordem internacional que vigorará no século XXI.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Defesa. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 19 dez. 2008. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/eventos_temporarios/2009/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf. Acesso em: 05 abr. 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. Política de Defesa Nacional. Brasília: Distrito Federal, 2005.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Estratégia nacional e desenvolvimento. Revista de Economia Política, São Paulo, 2006, vol.26, n.2, pp. 203-230.

CASTRO, Waldyr Carvalho. As Forças Armadas na Segurança Pública e na Segurança Interna. Publicação do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra do Brasil. Rio de Janeiro, 2000.

GARCIA, Jaime Garcia Covarrubias. A Transformação da Defesa nos EUA e sua Aplicação na América Latina. Military Review (edição brasileira), maio-junho de 2005.



MANAUT, Raúl Benítez. *Defensa y Seguridad Hemisférica Hacia el siglo XXI: El Desafío de la Cooperación Multinacional*. Woodrow Wilson International Center for Scholars, Washington, DC, 2003.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes*. Rio de Janeiro. Editora Contraponto, 2005.

NUÑEZ, Joseph R. *Uma Arquitetura de Segurança para as Américas no Século XXI: Cooperação Multilateral, Paz Democrática e Poderio Flexível*. *Military Review*, Edição Brasileira, 3º quadrimestre 2003. Fort Leavenworth, Kansas, USA.

OLIVEIRA, Eliézer R. *A Estratégia Nacional de Defesa e a Reorganização e Transformação das Forças Armadas*. *Revista Interesse Nacional*, abril/junho de 2009, p. 71-83.

REBELO, Aldo. *Forças Armadas e Soberania Nacional*. Editora da Câmara de Deputados, Brasília, 1997.

SILVA, Luís I. Lula da. *Cerimônia de Lançamento da Estratégia Nacional de Defesa*. Palácio do Planalto. Brasília, 2008.

UNGER, R. M. *Cerimônia de Lançamento da Estratégia Nacional de Defesa*. Palácio do Planalto. Brasília, 2008. *Mistério das Relações Exteriores. Poder Executivo*, Brasília, 23 dez. 2008.